

ACESSIBILIDADE CULTURAL E ENVELHECIMENTO

Claudia Reinoso Araujo de Carvalho¹

Patricia Silva Dorneles²

Carolina Rebellato³

Resumo

A proposta desse artigo é apresentar a pesquisa intitulada “*Participação sociocultural da população idosa*”. Construída em consonância com as atuais políticas públicas dirigidas à população idosa, a pesquisa tem por objetivo entender as dificuldades no acesso das pessoas idosas aos espaços culturais. Participam da pesquisa pessoas idosas de diferentes regiões do Rio de Janeiro, frequentadoras de coletivos de idosos ou outros grupos constituídos a partir de projetos de extensão e pesquisa. A proposta inclui a realização de entrevistas e oficinas com a população alvo do estudo para a discussão de experiências culturais. Espera-se com a iniciativa contribuir na produção de conhecimento na temática, na transferência de conhecimento para a sociedade e na formação de recursos humanos em Gerontologia, Cultura e áreas afins.

Palavras-chave: Idosos, participação social, acessibilidade cultural, cultura, políticas culturais.

Os idosos representam, hoje, um contingente de importância no conjunto da população brasileira. Segundo as projeções populacionais a população acima de 60 anos, considerando o ano de 2017 representava 13,5% dos brasileiros (IBGE, 2018). Esse aumento da proporção de idosos já é notado nos espaços públicos e a visibilidade deste segmento populacional está avançando rapidamente nos mais diferentes espaços sociais, o que traz desafios em diversas esferas, como: econômica, social, cultural, de lazer e saúde.

O Estatuto do Idoso destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 no Brasil, reúne em peça jurídica única legislação

¹ Doutora em Saúde Pública. Pós-doutora em Terapia Ocupacional. Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vice-coordenadora do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural. E-mail: claudiareinoso@ufrj.br

² Doutora em Geografia. Pós-doutora em Terapia Ocupacional. Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Superintendente de Difusão Cultural do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural. E-mail: patricia.dorneles.ufrj@gmail.com

³ Doutora em Educação Especial. Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: crebellato.to@gmail.com

abrangente versando sobre garantias a esta população nos diferentes setores, entre eles: saúde, transporte, habitação e também sobre educação e cultura. O Estatuto versa especificamente sobre a cultura em seus artigos 20 e 23. O artigo 20 diz que “o idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (Brasil, 2003, p.17). O artigo 23 garante a participação dos idosos em atividades culturais e de lazer mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais (Brasil, 2003, p.18).

Por outro lado, as atuais políticas públicas de cultura no Brasil são fortemente perpassadas pela Diversidade Cultural. Essa diversidade se manifesta em nossa sociedade não apenas em relação às diferentes etnias e povos que nos constituem – indígenas, negros, europeus, ciganos e outros, como também pode ser entendida nos diversos extratos sociais e etários. O Plano Nacional de Cultura (2010) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais, com o objetivo de orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil. O Ministério da Cultura (MinC) estabeleceu neste plano 53 metas a serem alcançadas até o ano de 2020. Embora os idosos não tenham destaque explícito no texto, estes estão contemplados por meio de sua meta 29 que preconiza que as bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendam aos requisitos legais de acessibilidade para deficientes e pessoas com mobilidade reduzida, esta última é uma condição de parte dos idosos. Já a meta 28 prevê aumento em 60% do número de pessoas que frequentam museu, centros culturais, cinemas, espetáculos de teatro, circo, dança e música. Os idosos como parcela de importância crescente no conjunto da população brasileira podem contribuir com esta meta na medida em que sejam incentivados a participarem mais da vida cultural das cidades. Neste sentido é necessário identificar as oportunidades que lhe são dadas, como se sentem em tais espaços e que possíveis fatores dificultam o acesso desta população a estes dispositivos culturais.

As abordagens socioculturais enfocando o estabelecimento de laços através de visitação de espaços culturais ou outras atividades podem reforçar a posição de manutenção da cidadania, através do acesso cultural e possibilidade de um espaço de reflexão e debate histórico, social, cultural e tecnológico-científico. Percebe-se que normas de inclusão de públicos diversos e a participação social dos idosos, podem criar inovação e mudança (Araujo, Cahionni, 2018).

Algumas iniciativas envolvendo o público idoso foram realizadas no país no âmbito da Cultura. Em 2007, o Ministério da Cultura criou o Programa de Fomento e Valorização às Expressões Culturais da Pessoa Idosa, com o objetivo de contribuir para que a pessoa idosa voltasse a ser protagonista de sua história e auxiliar no enfrentamento do preconceito contra a velhice e o envelhecimento no nosso país. Neste mesmo ano, o Ministério da Cultura realizou a 1ª Edição do Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa, cujo edital recebeu 265 inscrições e premiou 20 iniciativas entre: Teatro, Dança, Música, Literatura, Artes Visuais e outras formas de expressão artística. A 2ª Edição do Prêmio, realizada em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), ocorreu no ano de 2010. Nesta ocasião homenageou-se a cantora e compositora Inezita Barroso. A 2ª Edição do Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa premiou 40 iniciativas culturais, entre estas o "Projeto Oficina Memória e Envelhecimento", promovido pelo Núcleo de Capacitação e Estudos do Processo do Envelhecimento - NUCEPE/UFMA, em parceria com o Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM).

Os *Cadernos Museológicos, Acessibilidades a Museus* (Cohen; Duarte e Brasileiro, 2012) sugerem atitudes e boas práticas em relação ao público idoso destacando que

“sempre se deve tratar as pessoas idosas com respeito, nunca como se fossem crianças ou mentalmente incapacitadas; compreensão e a atenção devem sempre estar na base de todo contato; não é preciso falar alto, a não ser que a pessoa demonstre tal necessidade. O fato de a pessoa ser idosa não significa que apresente dificuldade auditiva; oferecer sempre conforto, como uma cadeira para sentar, é fundamental para que os idosos se sintam bem tratados” (Cohen; Duarte e Brasileiro, 2012, p. 152).

O Museu do Futebol criou o programa *Museu amigo do idoso* que consistiu na participação de uma pessoa idosa durante 3 meses, convivendo com a equipe de

educadores e orientadores do museu duas vezes por semana, durante 6 horas diárias. Escolheu-se dois idosos com perfis diferentes (um idoso mais habituado as vivências culturais e outra idosa que não tinha esse perfil). A experiência do convívio entre eles e a equipe fez com que as barreiras profissionais e pessoais fossem ultrapassadas, possibilitando um ambiente propício para a troca de experiências e aprendizados. Por outro lado, ambos os residentes vivenciaram o dia a dia do Educativo e do Museu do Futebol, sempre em movimento, seja com a rotina de atendimento, seja com a criação de atividades e ações para o público, além das programações culturais e eventos.

Por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) algumas normas não são específicas, mas abrangem a população idosa na medida em que se referem a pessoas com mobilidade reduzida. São exemplos dessas normas: as que tratam de rampas, especificam os locais das vagas nos estacionamentos, estabelecem a sinalização dos degraus nas escadas e a largura das portas etc. Essas normas parametrizam os critérios técnicos necessários à promoção da acessibilidade no que concerne ao ambiente construído, mobiliários e equipamentos.

É necessário que as pessoas idosas sejam protagonistas de diferentes iniciativas, e que tais iniciativas contemplem os aspectos sociais que envolvem esta população. Construída em consonância com as atuais políticas públicas dirigidas às pessoas idosas, a pesquisa intitulada “*Participação sociocultural da população idosa*”, tem por objetivo investigar, entender e facilitar a fruição cultural da população idosa no Rio de Janeiro, abordando e intervindo em suas dificuldades de acesso aos equipamentos culturais.

Dessa forma pretende-se com esse artigo, apresentar a referida pesquisa e seus resultados parciais.

A pesquisa “*Participação sociocultural da população idosa*”

A pesquisa vem sendo desenvolvida desde o segundo semestre do ano de 2018 por professores e pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), inseridos no grupo de pesquisa “*Envelhecimento Humano: Saúde, Cultura e Sociedade*”, que foi constituído, cadastrado no CNPq e certificado pela UFRJ no ano de 2016.

Parte-se do pressuposto de que a universidade tem o dever de ser culturalmente engajada, comprometida com a solução de problemas da sociedade e deve promover uma relação reflexiva e ativa com o mundo circundante, não abdicando de sua vocação de centro de criação, questionamento e crítica do mundo físico e social (Mello et al., 2009; Carvalho et al., 2017). O compromisso ético-político da universidade com aspectos relacionados à cidadania e emancipação dos sujeitos e coletividades é aspecto fundamental e, nesse sentido, a pesquisa tem a função de promover a comunicação entre a universidade e seu meio, possibilitando a sua realimentação em face da problemática da sociedade e a revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa (Biscarte et al., 2014; Carvalho et al., 2017).

Segundo Marcellino (1996, p.44) pesquisas realizadas, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos concluem que os idosos são, comparativamente às pessoas de outras faixas etárias, os que menos frequentam equipamentos de lazer, ou participam de atividades culturais.

Buscar soluções necessárias para uma cultura democrática e inclusiva envolve além da abordagem adequada as necessidades de todas as pessoas, a acessibilidade física e atitudinal. A acessibilidade física, a mais conhecida, envolve a retirada das barreiras ambientais físicas, nos espaços e equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo. A acessibilidade atitudinal, se refere a abordagem livre de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações (Freitas, 2014). No que se referem ao idoso alguns fatores ligados a estes aspectos parecem não suficientemente compreendidos, o que pode explicar a pouca participação deste público em muitos dispositivos culturais. Nem sempre os lugares dispõem de instalações apropriadas, de poltronas para descanso, as informações e identificações muitas vezes são divulgadas em letras pequenas e as abordagens “infantilizantes” em relação ao idoso não são raras de acontecer. É preciso conhecer na perspectiva dos próprios idosos que fatores os distanciam da participação social plena e os afastam da vida cultural.

Outro fator importante que parece contribuir para esta pouca participação dos idosos que foi referido por Chiovatto e Aidar (2015) é que os direitos culturais, diferentemente dos direitos sociais, ainda são pouco conhecidos e praticados, tais como: “direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito ao patrimônio cultural); direito à participação na vida cultural, que compreende: direito à livre criação; direito ao livre

acesso; direito à livre difusão; direito à livre participação nas decisões de política cultural; direito autoral; direito ao intercâmbio cultural” (MinC, 2011 p.19). Os direitos culturais são pouco conhecidos no Brasil não só pelos idosos como também pela população em geral.

As barreiras de acesso levam grande parte das pessoas idosas a não terem ingresso nos equipamentos culturais, desconhecendo, assim, a importância e os benefícios oferecidos pelos mesmos. Abrir possibilidades de acesso é fundamental, considerando-se que, só através das experiências culturais, o idoso poderá aprender a gostar das mesmas. Desta forma se faz necessário minimizar tais barreiras de alcance à fruição cultural, buscando a participação de todas as camadas da sociedade, independentemente das idades. Para a concretização destas aspirações é preciso anteriormente conhecer a percepção dos próprios idosos acerca de tais aspectos.

A ideia de consumo cultural, participação cultural são alguns conceitos referenciais para esta proposta e são aqui abordados brevemente visando sua melhor contextualização. De acordo com Behamou (2007) consumo cultural é o conjunto de processos de recepção, apropriação e uso de produtos culturais, isto é, bens e serviços nos quais o valor simbólico prevalece sobre os valores de uso e de troca. Segundo o autor, o valor de uso é a utilidade atribuída pelo público ao produto cultural, abrangendo diversas funções como a ocupação do tempo livre (ir ao cinema), aquisição de conhecimento (leitura de um livro ou ir ao teatro), sensação de prazer (ouvir música) ou decoração de um ambiente (expor uma escultura ou pintura), entre outras. Já o valor simbólico é o conjunto de significados (estéticos, morais, espirituais, religiosos, transcendentais), que o público associa ao produto ou evento. Esses significados têm origem na cultura, ou seja, são compartilhados pelas pessoas que têm a mesma identidade cultural. Também se originam na interação social, isto é, são construídos socialmente, quando as pessoas se utilizam dos produtos-símbolo para se auto-expressarem e se comunicarem com os outros.

Walker, Scott-Melnik, Sherwood (2002) referem que os indivíduos, para participarem de atividades culturais, necessitam de dispor de motivação (um conjunto de valores, crenças e interesses), bem como dos recursos de tempo, dinheiro, conhecimento e habilidades. Nem todos os indivíduos possuem esses recursos em igual medida. Porém, esses atributos individuais são mediados por fatores sociais locais (tipos

de vínculos familiares, associativos e comunitários), bem como pelos tipos de oportunidades culturais que estão disponíveis. Todos esses fatores influenciam como as pessoas se conectam e se engajam em atividades culturais.

O conceito de Capital Cultural elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007) é utilizado para explicar a desigualdade do consumo cultural – isto é, a dificuldade ou os diferentes modos de consumir bens culturais que não estão relacionados à falta de recursos financeiros do público potencial. Na perspectiva de Bourdieu, capital não se restringe ao capital econômico (bens econômicos e de produção), mas também se refere ao capital social (rede de relações, interconhecimento, vinculação a grupos), ao capital cultural (qualificação produzida pela família e pela educação escolar) e ao capital simbólico (ligado às diversas formas de reconhecimento). Tal conceito, Capital Cultural, pressupõe que é o ambiente familiar e a formação escolar que determinam uma atitude, uma disposição de consumir cultura, mais do que qualquer inclinação natural espontânea. As pesquisas de Bourdieu revelaram que há íntima relação entre o público que frequentava museus e outros espaços culturais e sua origem socioeconômica, bem como seu capital cultural.

Na pesquisa em questão a teoria de Bourdieu ajuda a entender que o gosto pela arte e pela cultura não é inato, mas é produzido por meio de conversas, de referências, de imagens e do que é valorizado pela família. A frequência com que se consome e a modalidade do consumo (gêneros e estilos artísticos preferidos) resultam da inculcação e da adoção de todo um estilo de vida. Portanto na presente pesquisa também é intenção investigar tais aspectos entre os participantes, contemplando em nossos grupos de discussão questões acerca da escolaridade e da história familiar dos idosos participantes, buscando relacioná-los com a fruição cultural.

Promover a discussão por meio dos encontros grupais com diferentes coletivos de idosos sobre a relação entre cultura, consumo cultural e envelhecimento; identificar através dos encontros que dificuldades os idosos apresentam em relação à frequência aos diversos equipamentos culturais; analisar o impacto da legislação específica acerca do envelhecimento com o consumo cultural da população idosa; identificar possíveis diferenças regionais da população idosa em sua relação com a cultura; promover eventos científicos na interface envelhecimento e cultura e realizar oficinas com a

população alvo do estudo para a discussão de temáticas referentes á cultura são ações inerentes à pesquisa.

A ação vem sendo realizada em locais de atenção ao idoso, bem como em coletivos de idosos constituídos a partir de projetos de extensão e pesquisa ligados a instituições de ensino e grupos constituídos de diferentes maneiras. Inicialmente foi realizado o levantamento dos serviços públicos que atendam a população idosa e em seguida o contato via e-mail e contato telefônico com os seus gestores visando viabilizar a pesquisa.

Os participantes da pesquisa são os idosos frequentadores dos diferentes grupos previamente selecionados a partir de contatos com os coordenadores. Como critério de inclusão os idosos devem estar inseridos formalmente nos coletivos e apresentarem condições cognitivas suficientes para participar das oficinas, dos grupos de discussão e das visitas aos equipamentos culturais e falar acerca de suas experiências culturais.

A primeira experiência inerente a pesquisa se deu no âmbito do VI Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural – IV ENAC com a realização da Oficina “*Acessibilidade Cultural e Envelhecimento*”. A oficina teve como principal temática a relação estabelecida entre o público idoso e o campo cultural. A partir de experiências prévias do público alvo, a proposta foi refletir sobre o acesso aos diferentes espaços culturais, buscando identificar e discutir na perspectiva dos idosos, os principais fatores que os aproximam ou os afastam das vivências culturais. A oficina incluiu uma visita ao Museu da Geodiversidade da UFRJ com posterior roda de conversa sobre a experiência.

A pesquisa, ainda em sua fase inicial, tem obtido resultados parciais semelhantes aos relatados na publicação “*Panorama Setorial da Cultura Brasileira 2013-2014*” (Jordão, Alucci, 2014), onde as atividades realizadas em casa são as mais citadas, tais como: assistir filmes, escutar músicas. Entre as atividades culturais realizadas fora de casa, os idosos referem principalmente a ida ao cinema, as festas regionais e shows de música.

De acordo com Jordão e Alucci (2014), 15% dos entrevistados afirmaram ter o hábito de frequentar/participar de atividades em museus e galerias; 2% afirmaram participar de atividades em museus e galerias como o que mais gostam de frequentar/praticar, mas não foi atingida uma porcentagem mínima de respostas que elegeisse a participação em atividades em museus e galerias como a opção mais

frequentada/praticada no cotidiano dos entrevistados, frente às outras práticas culturais investigadas. Os idosos são o segmento populacional menos atendido por projetos culturais e de lazer. Segundo os números disponibilizados, metade dos entrevistados idosos não frequentaram cinema, nem museus, nem foram a shows em um período de um ano (Jordão, Alucci, 2014).

Os dados apresentados não significam necessariamente queda ou ausência de interesse pessoal. Para muitas pessoas idosas, principalmente as mais velhas, a participação em atividades culturais não é determinada apenas de acordo com o interesse pela atividade em si; envolve, entre outros fatores. Os mais relatados, segundo os resultados parciais da pesquisa foram: ausência de espaços culturais próximos da residência; distância dos espaços, o que implica em horas no deslocamento; ausência de companhia; impossibilidade devido a questões familiares (cuidar dos netos, por exemplo) e dificuldades de acessibilidade dos próprios espaços, tais como escadas longas e ausência de elevadores.

A pesquisa vem sendo sistematicamente submetida ao acompanhamento e a avaliação constante de seus resultados por parte de todos os envolvidos em suas etapas.

O acompanhamento das ações é realizado por meio de relatórios periódicos, pela identificação precoce das dificuldades em sua execução, pela análise constante de seus resultados parciais, pela qualidade dos produtos acadêmicos gerados e, ainda, por sua externalidade.

Relatórios periódicos- As ações da pesquisa são descritas em relatório mensal constando todas as atividades realizadas. O monitoramento dos dados coletados no trabalho de campo será consolidado em um relatório com periodicidade semestral.

Identificação das dificuldades na execução da pesquisa- as dificuldades são detectadas e discutidas o mais rápido possível por meio de reuniões semanais da equipe executora.

Análise constante dos resultados parciais- análise constante dos resultados esperados tendo por base o cronograma da pesquisa.

Qualidade dos produtos obtidos- Este aspecto leva em conta a proporção de produtos obtidos em relação aos esperados e a qualidade dos mesmos, que pode ser considerado em relação aos aceites dos artigos e de trabalhos nas modalidades em que forem submetidos.

Externalidade – Este aspecto está relacionado com a relação com a comunidade, com o público alvo, com o desenvolvimento de parcerias, com o bom andamento das ações do projeto, bem como a frequência de estudantes, profissionais e público alvo nos seminários e encontros propostos pela equipe executora da pesquisa.

Ao longo dos encontros tem sido facilitado e estimulado que os idosos participantes expressem suas impressões, críticas e sugestões em relação à proposta. É previsto que ao final de cada encontro se realize uma avaliação verbal da atividade desenvolvida.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Suzana Costa, CACHIONI, Meire. proposta para a longevidade de grupos e museus: idosos como público. Anais do IX Seminário Internacional de Políticas Culturais, 15 a 18 de maio de 2018, Rio de Janeiro / Organização Lia Calabre, Alexandre Pires Domingues [e] Eula Dantas Taveira Cabral. – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

BENHAMOU, Françoise. A economia da Cultura. Atelie editorial, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007. 11ªed

BRASIL. LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Diário Oficial da União (DOU) 03/12/2010.

_____. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União (DOU) 03/10/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm

CARVALHO, Claudia Reinoso Araujo de; MESQUITA, Melissa de Magalhães de; FARIAS, Priscila Heinen. A influência da prática extensionista na identidade profissional. INTERAGIR (UERJ), v. 0, p. 58-72, 2017.

CHIOVATTO, Milene., AIDAR, Gabriela. Pensar a educação inclusiva em museus a partir das experiências da pinacoteca de são paulo. Museologia e Interdisciplinaridade. Vol II n 6,p. 135-148, março/abril, Brasília,2015.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane e BRASILEIRO, Alice. Acessibilidade a Museus - Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. 190 p. ; 18x24 cm (Cadernos Museológicos Vol.2)

ERVARTTI, Leila Regina., BORGES, Gabriel Mendes, JARDIM, Antonio Pontes. Mudança Geográfica no Brasil no Início do Século XXI. Subsídios para projeções da população. Estudos e análise. Informações sócio econômicas nº 3, IBGE, Brasília, 2015.

DORNELES, Patricia, LOPES, Roseli., BARROS Denise Dias. Terapia Ocupacional e Cultura. Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <https://sites.google.com/site/terapiaocupacionalecultura/>

FREITAS, Amanda Campos de. Acessibilidade Atitudinal: Formação de profissionais no atendimento a pessoa com deficiência em espaços culturais. 2014. 65f. Monografia em Acessibilidade Cultural - Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

JORDÃO, Gisele, ALUCCI, Renata. Panorama setorial da cultura brasileira 2013-2014/ – São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2014

MARCELLINO, Nelson Carvalho,. Estudos do lazer: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MINAYO, Maria. Cecília. de Souza., 1992. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC, ABRASCO.

OMS/OPAS- Organização Mundial da Saúde- Organização Panamericana de Saúde. Envelhecimento ativo: uma política de saúde / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 548-554, mai./jun.2009.

WALKER, Christopher. ; SCOTT-MELNIK, Stephanie. Reggae to Rachmaninoff: How and Why People Participate in Arts and Culture. The Urban Institute, Washington, EUA, Nov. 30, 2002. Disponível em http://www.urban.org/UploadedPDF/310595_ReggaetoRach.pdf